



9º PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS
DE SUSTENTABILIDADE
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRÊMIO A3P 2022



9º PRÊMIO
A3P
Melhores Práticas
de Sustentabilidade

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Leite

Secretário-Executivo

Felipe Ribeiro de Mello

Secretária de Biodiversidade

Julie Messias

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade (SBio)
Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC)
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

9º Prêmio A3P
Melhores Práticas de Sustentabilidade
na Administração Pública
Prêmio A3P 2022



Brasília – DF – 2022

FICHA TÉCNICA

Diretor de Educação e Cidadania Ambiental

Leonardo Queiroz Correia

Coordenadora de Projeto

Nadja Janke

Equipe A3P

Luiz Augusto Vitali

Fernanda Espíndola

Roberta Magalhães Holmes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
A3P	7
O que é A3P	7
Eixos Temáticos	7
Termo de Adesão	7
Rede A3P	8
Vantagens em aderir à A3P	8
O PRÊMIO	9
9º Prêmio Melhores Práticas da A3P	9
Seleção dos premiados	9
Categorias	9
• Destaque da Rede A3P	9
• Gestão de Resíduos	10
• Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	10
• Inovação na Gestão Pública	10
• Categoria Especial: Combate à Poluição nas Águas	10
Premiados em 2022	11
O TROFÉU	12
COMISSÃO JULGADORA	13
INICIATIVAS VENCEDORAS	17
Categoria: Destaque da Rede A3P	
1º LUGAR – Prefeitura Municipal de Coqueiral - MG	17
2º LUGAR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Paraná - PR	19
3º LUGAR – Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul – AC	21
Categoria: Gestão de Resíduos	
1º LUGAR – Casa da Moeda do Brasil	23
2º LUGAR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Caldas Novas - GO	25
3º LUGAR – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	27
Categoria: Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	
1º LUGAR – Prefeitura Municipal de Ibirarema - SP	29
2º LUGAR – Advocacia-Geral da União	31
3º LUGAR – Prefeitura Municipal de São Bento - PB	33
Categoria: Inovação na Gestão Pública	
1º LUGAR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre - RS	35
2º LUGAR – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MS	37
3º LUGAR – Prefeitura Municipal de Barueri - SP	39
Categoria Especial: Combate à Poluição nas Águas	
1º LUGAR – Prefeitura Municipal de Sobral - CE	41
2º LUGAR – Departamento de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE) - MG	43
3º LUGAR – Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	45

A presente publicação apresenta as iniciativas finalistas do 9º Prêmio da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. A cerimônia foi realizada no dia 29 de novembro de 2022, no Auditório do Instituto Chico Mendes de Conservação - ICMBio. O evento contou com transmissão ao vivo no canal do Youtube do Ministério do Meio Ambiente e a gravação do evento pode ser visualizada clicando [aqui](#).

A presente publicação apresenta as iniciativas finalistas do 9º Prêmio da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública - Prêmio A3P” ocorre bienalmente e tem como objetivo reconhecer projetos socioambientais e iniciativas de sucesso implementadas por órgãos parceiros. Por meio da premiação conhecemos, divulgamos e homenageamos os gestores, os órgãos e as instituições do setor público comprometidos com as práticas públicas sustentáveis e com a responsabilidade socioambiental.

Essa edição contou com projetos que concorreram em cinco categorias temáticas: Gestão de Resíduos, Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Inovação da Gestão Pública, Destaque da Rede A3P (categoria exclusiva para instituições públicas que não têm adesão formalizada à A3P), e Categoria Especial: Combate à Poluição nas Águas (qualquer instituição pública pôde concorrer nessa categoria).

As boas práticas premiadas servem como referência não só para o setor público, mas também para os diversos setores da sociedade, estimulando, assim, a adoção de novos padrões e critérios de sustentabilidade nas diferentes atividades humanas.

O QUE É A A3P

O programa A3P é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem como objetivo estimular as instituições públicas do país a implementar práticas de sustentabilidade em seus órgãos, otimizar e modernizar a gestão pública, permitindo a construção de uma administração mais eficiente e sustentável.

O Programa A3P se destina aos órgãos públicos das três esferas de governo: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. A formalização da parceria entre o MMA e o órgão público se dá pela assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui vigência de cinco anos. Cerca de 600 instituições públicas já realizaram adesão ao programa.

O Programa A3P é coordenado pelo Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC), da Secretaria de Biodiversidade (SBio), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Todas as informações sobre o Programa A3P estão disponíveis e podem ser acessadas no Portal da A3P (a3p.mma.gov.br). A equipe da A3P se coloca à disposição para maiores informações por meio do e-mail: a3p@mma.gov.br.

EIXOS TEMÁTICOS

O Programa A3P atua sobre seis áreas, os chamados Eixos Temáticos. Eles revelam a preocupação do MMA com os principais aspectos associados à Administração Pública. Os Eixos Temáticos:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis;
- Sensibilização e capacitação dos servidores.

TERMO DE ADESÃO

É o instrumento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o órgão ou instituição do setor público, sem transferência de recursos entre as partes. As orientações para adesão ao programa A3P encontram-se disponíveis no Portal da A3P. Para acessar o Portal clique [aqui](#).

REDE A3P

A Rede A3P foi criada com o objetivo de integrar os que se interessam pela implementação de práticas de sustentabilidade. Ela é uma plataforma de debates e troca de experiências sobre o tema e é aberta a todos os interessados.

Na Rede A3P podem participar pessoas físicas e jurídicas, o setor público e o privado.

VANTAGENS EM ADERIR À A3P

A adoção aos princípios da Agenda Ambiental significa uma mudança de cultura institucional, que tem como consequência a redução nos gastos com energia elétrica, material de consumo e água, a destinação adequada dos resíduos gerados, a priorização de compras públicas calcadas por critérios de sustentabilidade, a sensibilização e conscientização dos servidores para questões ambientais, dentre outros.

Para melhor compreensão do programa A3P, este ministério disponibilizou um curso gratuito em EAD chamado “Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P” destinados a gestores e servidores aderentes ou que pretendam aderir à A3P. O curso aborda os diferentes eixos temáticos do Programa e gera certificado de 20 horas. As inscrições podem ser realizadas na Plataforma de Educação à Distância do MMA (ead.mma.gov.br).

O MMA fornece todo o assessoramento técnico necessário para a implementação da agenda na instituição, além de disponibilizar materiais informativos em formato digital, acesso ao sistema de monitoramento da A3P - Ressoa, possibilidade de participação em categorias exclusivas do Prêmio A3P, dentre outros.

9º PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS DAA3P

O Prêmio A3P “Melhores Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública - Prêmio A3P”, foi criado com três objetivos: reconhecer os bons projetos e programas implementados; dar visibilidade a estes projetos e programas e; incentivar outros órgãos a criarem novas propostas para boas práticas.

O Prêmio é a oportunidade de dar luz às iniciativas que estão inovando a gestão pública no país no campo socioambiental. E, felizmente, elas são muitas.

SELEÇÃO DOS PREMIADOS

Com o objetivo de dar lisura à premiação, foi instituída uma Comissão Julgadora autônoma, composta por membros não pertencentes ao quadro do Ministério do Meio Ambiente, formada por especialistas no tema. Do total de 92 projetos inscritos, a comissão selecionou os 15 finalistas, indicando, o 1º, 2º e 3º lugares.

Como de praxe, a equipe da A3P realizou vistoria nos 15 projetos finalistas, certificando-se da veracidade das informações prestadas. A partir da oitava edição do Prêmio A3P, as instituições passaram a ser vistoriadas pela equipe A3P de forma virtual. A metodologia virtual de vistorias se mostrou eficiente, além de promover a economia de recursos públicos, diminuir os impactos ambientais com viagens e reduzir as emissões.

CATEGORIAS

A inscrição ao prêmio se divide por categorias. São elas:

- Destaque da Rede A3P;
- Gestão de Resíduos;
- Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais;
- Inovação na Gestão Pública;
- Categoria Especial: Combate à Poluição nas Águas.

As instituições interessadas encaminharam os seus projetos para concorrer em uma das cinco categorias disponíveis:

DESTAQUE DA REDE A3P

Iniciativas de órgão ou entidade participante da Rede A3P que ainda não possua Termo

de Adesão, enquadradas nas categorias Gestão de Resíduos, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Inovação na Gestão Pública.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Iniciativas que buscam a redução não só da geração e eliminação de resíduos, como do melhor acompanhamento possível durante todo o seu ciclo de produção, incluindo a cadeia produtiva global, racionalizando o uso, priorizando a reciclagem e evitando ou minimizando o desperdício dos recursos naturais de um modo global.

USO/MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Iniciativas que visam à gestão sustentável dos recursos naturais: água, energia, madeira, papel e outros. Os projetos tratam do uso ou manejo racional, redução de consumo, combate ao desperdício, reaproveitamento dos recursos e redução de gastos, garantindo a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais.

INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Iniciativas inovadoras que incorporem princípios e ações de sustentabilidade que melhorem os serviços públicos e produzam resultados ambientais positivos para a sociedade em conjunto com o serviço público.

COMBATE À POLUIÇÃO NAS ÁGUAS

Iniciativas de órgão, entidade ou instituição pública, que possua ou não Termo de Adesão à A3P, e que adote ações que se enquadrem nesta categoria. Ela foi criada em consonância com a agenda de combate à emissão de resíduos e poluentes que atingem nossos rios, lagos e mares por fontes difusas de poluição. Essa categoria objetiva premiar as iniciativas que visam a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos e marinhos para o desenvolvimento sustentável com o intuito de reduzir os impactos gerados nos ecossistemas marinhos e seus serviços ambientais, assim como dos efeitos negativos causados à saúde pública dos brasileiros.

PREMIADOS EM 2022

Em 2022 foram inscritos 92 projetos, com 68 instituições concorrendo. Eis as categorias em disputa e a quantidade de propostas apresentadas:

- *Gestão de resíduos: 18 projetos.*
- *Inovação na gestão pública: 23 projetos.*
- *Uso sustentável dos recursos naturais: 10 projetos.*
- *Destaque da Rede A3P: 27 projetos.*
- *Combate à Poluição nas Águas: 14 projetos.*

O troféu do 9º Prêmio A3P é inspirado em cinco árvores da flora brasileira: Buriti, Castanheira, Pau-Brasil, Ipê e Jequitibá. Sua confecção seguiu parâmetros de sustentabilidade, como o uso de madeira de reflorestamento.



FREDERICO VILELA

Possui graduação em Engenharia Mecânica (2010) e mestrado em Ciências Mecânicas (2013) pela Universidade de Brasília (UnB); Especialização em Logística Empresarial (2012) pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e Especialização em Finanças Públicas (2019) pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Atualmente, é coordenador da Subdivisão de Suprimentos e Serviços do Banco Central do Brasil, autarquia onde atua como Analista. Ao longo de sua trajetória profissional e científica adquiriu vasta experiência em estudos que envolvem análises de indicadores energéticos, econômicos e ambientais de sistemas industriais, objetivando, assim, diagnosticar e propor soluções otimizadas que adequem aos interesses de estudos ambientais e econômicos do cliente. Atualmente, vem atuando com logística, compras públicas, administração de recursos materiais e patrimoniais, Avaliação de Ciclo de Vida, gestão e responsabilidade socioambiental.



GABRIELA HONNICKE ANTUNES



Mestre em Governança e Desenvolvimento (Enap); Especialista em Relações Internacionais (UnB) e em Gerenciamento de Projetos (FGV); Bacharela em Direito (UNIVALI) e em Geografia (UDESC). Ocupa o cargo de Analista Ambiental desde 2008. Ao longo de sua carreira representou o governo brasileiro em negociações internacionais e gerenciou projetos de cooperação internacional, especialmente nas áreas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.

Atualmente, exerce cargo de Coordenadora-Geral de Articulação com Organizações Internacionais da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, com a atribuição de acompanhar, no Brasil, temas relacionados a boas práticas da cooperação internacional e aos acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável, com foco na implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas.

BENJAMIM LIMA JÚNIOR



Auditor Federal de Controle Externo (Tribunal de Contas da União) desde 2003. Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (2000). Aluno do curso de mestrado em Filosofia UnB (2001). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ceticismo, conhecimento, autoconhecimento, historicismo, ética e filosofia antiga. Trabalhos desenvolvidos na secretaria de Avaliação de Programas (Seprog) entre 2003-2004. Diretor Pós-Graduação (Instituto Serzerdello Correa (TCU) 2004-2006. Assessor especial da Presidência do TCU junto ao Congresso Nacional 2006-2010. Diretor de Desenvolvimento de Competências, parcerias institucionais (TCU) 2010-2014. Coordenador Projeto de implantação de Sustentabilidade ambiental do TCU (2015-2016). Coordenação Setor Sustentabilidade Socioambiental e Transparência Administrativa do Tribunal de Contas da União (2016-2020).

MARIA FERNANDA TEIXEIRA



Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela mesma Universidade. É Analista de Atividades do Meio Ambiente, do Instituto Brasília Ambiental, desde 2009, onde implantou a primeira Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do GDF. Com esse projeto, ainda em 2010 iniciou seu envolvimento e estudos na área de gestão de resíduos sólidos. Fez parte da equipe do SLU entre 2015 e 2017, coordenando a área de educação ambiental e compondo a equipe que promoveu o encerramento do maior lixão a céu aberto em funcionamento na América Latina. Na Secretaria do Meio Ambiente desde 2019, tem desenvolvido diversos projetos relacionados à implementação da Política de Resíduos Sólidos no Distrito Federal.

1º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL - MG

Projeto: Programa Coqueiro Verde

O Programa Coqueiro Verde, instituído pela Lei Municipal N° 2482, de 09 de dezembro de 2019, trata da troca de materiais recicláveis recolhidos pela população por uma moeda social local denominada Coqueiro Verde, e esta, poderá ser usada apenas para aquisição de verduras, legumes, cereais, entre outros, e gêneros alimentícios produzidos artesanalmente ou oriundos de agroindústrias familiares, bem como, produtos do trabalho de artesãos(as) locais, nos quais são comercializados na Feira Livre de Coqueiral-FLIC.



Evidencia-se que os materiais recicláveis coletados nos PEVs (Ponto de Entrega Voluntária) são doados à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Coqueiral-AMARC e que a prefeitura municipal após a realização dos registros contábeis efetua os pagamentos aos feirantes semanalmente, realizando dessa forma o câmbio das moedas Coqueiro Verde para a moeda corrente oficial do Brasil.



Tal programa consiste em uma importante e inovadora política pública voltada para o desenvolvimento de boas práticas ambientais, pois contribui de forma positiva na minimização dos danos ambientais do município de Coqueiral; na promoção da economia de matérias primas e de energia; na conscientização do cidadão a respeito da importância da reciclagem de materiais; na geração de emprego; na redução do

volume de resíduos a ser encaminhado ao aterro sanitário, entre vários outros aspectos através do incentivo à população ao descarte correto de seus resíduos sólidos.

Os investimentos utilizados são provenientes dos recursos próprios do município pelo fato de que tal prática influi diretamente na economia local através da geração de renda para as famílias de catadores de materiais recicláveis, além do fomento e

do fortalecimento da agricultura familiar local e dos artesãos municipais.

Coordenador da iniciativa: Juliano Vilela Oliveira

Contato: coletaseletiva@coqueiral.mg.gov.br

Telefone: (35) 3855-1162



2º LUGAR - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO – SEDEST - PR

Projeto: Poliniza Paraná

O “Projeto Poliniza Paraná” vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) em parceria com o Instituto Água e Terra (IAT), tendo como objetivos principais a conservação das abelhas nativas sem ferrão (ASF) e a educação ambiental. Além desses objetivos, o Projeto visa a reintrodução de abelhas nativas sem ferrão ao longo de sua distribuição original, o despertar na sociedade a consciência ecossistêmica e a compreensão do funcionamento harmonioso da natureza. Para tanto são instaladas colmeias em meliponários, conhecidos popularmente como “Jardins de Mel”, além de estruturas que funcionam como “hotéis” para abelhas solitárias. O projeto foi inspirado no Jardins de Mel, desenvolvido pela prefeitura de Curitiba.

Para a seleção das espécies que irão compor os Jardins de Mel são considerados aspectos como ocorrência geográfica natural das regiões contempladas – em função da adaptabilidade climática, além de aspectos relacionados ao manejo, disponibilidade de colmeias para aquisição, entre outras. Vale ressaltar de algumas das espécies utilizadas no Projeto se encontram ameaçadas de extinção regionalmente.

Os Jardins de Mel são instalados em Unidades de Conservação Estaduais, como Parques e Estações Ecológicas, sob a gestão do IAT, hortas comunitárias, escolas e praças. Os municípios contemplados com o “Parques Urbanos”, que recupera áreas de fundo de vale ou com ações erosivas transformando-os em um espaço educador sustentável, se comprometem a criar o seu Jardim de Mel. Desta forma estimula-se a manutenção do serviço ambiental prestado por esses insetos na polinização. Estima-se que essas abelhas sejam responsáveis por 65% da polinização das culturas comerciais.

Desde o seu lançamento, em janeiro de 2022, o Poliniza Paraná conta com nove Jardins de Mel já instalados além de outros 53 que serão instalados em Parques Urbanos após a finalização das obras.

Com a execução do projeto percebeu-se o estímulo na criação de abelhas nativas sem ferrão com a criação de um novo nicho de mercado aos meliponicultores, fortalecendo essa cadeia produtiva, não apenas em função da comercialização de colmeias, mas



também na necessidade da mão de obra especializada no manejo das colmeias.

No âmbito da Educação Ambiental foi desenvolvida a cartilha “Mila e as abelhas sem ferrão” para crianças do ensino fundamental, utilizada pelas prefeituras em para sensibilizar o público infantil quanto ao papel ecológico fundamental desempenhado por estes insetos. No âmbito da formação foi elaborado o “Guia Técnico do Projeto Poliniza Paraná: da Aquisição ao Manejo das Colônias de ASF” em formato digital, além do estabelecimento de parcerias para a realização de cursos de manejo de ASF afim de capacitar técnicos municipais para a adequada manutenção e replicação das colmeias.

Dessa forma, o Poliniza Paraná atende as metas definidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, diretamente relacionado ao objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e ao objetivo 15 - Vida Terrestre. Para garantir a sua continuidade, o Poliniza Paraná integra o Programa Paraná Mais Verde, instituído pela Lei Estadual nº 20.738/2021.



Coordenador da iniciativa: Rafael Andreguetto

Contato: rafael.andreguetto@sedest.pr.gov.br

Telefone: (41) 3304-7857

3º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - AC

Projeto: Operação Cidade Limpa

A Operação Cidade Limpa é uma ação da prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul no estado do Acre. Um programa que visa a gestão adequada dos resíduos gerados na cidade, atuando de maneira preventiva no controle de vetores e outras pragas comuns, principalmente na estação mais úmida do ano. O projeto tem como base a participação comunitária e a cogestão, realizando articulação entre os 3 setores da sociedade: poder público (prefeitura), empresas privadas e organizações não governamentais, tudo isso aliado com a sociedade civil.



Na prática, a participação comunitária acontece por meio de ações de articulação, mobilização e sensibilização, que acontecem em reuniões, plenárias e mutirões junto à comunidade local. Entre as atividades do programa estão: a transformação dos pontos “viciados” de lixo e entulho em locais esteticamente agradáveis; a sensibilização e



educação ambiental; a requalificação de espaços públicos, instalação de ecopontos, ecobarreiras e garrafas educativas coletoras; desobstrução de córregos, sarjetas e bueiros. Cita-se que todo material reciclável proveniente da operação cidade limpa e materiais entregue voluntariamente nos ecopontos e garrafas educativas são destinados à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Sul, cooperativa criada sob o incentivo da

prefeitura, que utilizam desses produtos para reciclagem, dando início a um processo de comercialização. Para isso, o projeto tem como base a educação ambiental e consumo sustentável, considerando os conceitos da saúde ambiental dos “5R’s” - Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar. O programa foi desenvolvido em 38 bairros, 19 avenidas, 09 (nove) conjuntos habitacionais e 07 (sete) vilas rurais da cidade.

Ganhos ambientais, sociais e econômicos:

- Mudanças de hábitos sobre o descarte de resíduos sólidos;
- Aumento do envolvimento da participação da população na limpeza; atores sociais (como as escolas) envolvidos na questão ambiental, cidadão com consciência ambiental;

- Diminuição dos pontos viciados de lixo, ruas limpas, redução da quantidade de rejeitos nos aterros (descartados nos aterros);
- Redução de 30 toneladas mês de resíduos que seriam encaminhados para o aterro controlado ou jogados nos rios e igarapés;
- Redução de 77% (594) casos de dengue e 31% (2632) casos de malária em Cruzeiro do Sul entre janeiro a dezembro de 2021;
- Uso comercial dos espaços, uso eclético e espontâneo dos espaços limpos, melhorias na saúde da população, reconhecimento das ações do projeto, valorização imobiliária do local;
- Reconhecimento dos profissionais de limpeza (do seu valor);
- Valorização socioeconômica das comunidades;
- Atração (dos moradores) para espaços públicos com cultura (eventos culturais), gerando negócios locais;
- Mobilização social para atuação do poder público para melhorar a gestão dos resíduos;
- Formação de cidadãos agentes da transformação e mais responsáveis pelo seu bairro/comunidade;
- Geração de renda a partir da comercialização de materiais recicláveis.

Conclui-se que a implantação de programas ambientais é o cerne para o desenvolvimento sustentável dentro da administração pública, no que tange as melhores práticas ambientais, conscientização de atores envolvidos no processo e aplicabilidade junto à sociedade. A interação com a sociedade colocando a população como protagonista e parte integrante do processo de transformação política, valoriza a comunidade e obtém resultado satisfatório.



Coordenador da iniciativa: Ygoor Yvaney Bessa Neves

Contato: ygoor_neves@yahoo.com.br

Telefone: (68) 3322-4303

1º LUGAR – CASA DA MOEDA DO BRASIL - RJ

Projeto: Tran\$forma

O Tran\$forma surge através da necessidade de buscar melhores alternativas de destinação para resíduos da produção cédulas e eventualmente para cédulas que foram retiradas de circulação. Este material, tendo como matéria prima principal algodão e tintas com metais, além de ser um material de segurança, não são de fácil reutilização na indústria e por este motivo inicialmente eram destinadas à aterros industriais.

Com o avanço da preocupação ambiental e das tecnologias disponíveis melhoramos a forma de descarte o encaminhando para coprocessamento em fornos de clínquer, onde poder calorífico do papel moeda era reaproveitado em forma de energia. Mas ainda assim entendíamos que por se tratar de um material nobre, afinal estamos falando de dinheiro, ele merecia um tratamento diferenciado, que pudesse manter ou ampliar seu valor como matéria prima em outra cadeia de valor.



A CMB reconhece que sendo consumidora e usuária dos recursos naturais, tendo papel estratégico na promoção e indicação de novos padrões de produção e de consumo, e, como representante da Administração Pública, deve ser exemplo na redução de externalidade negativas geradas por sua atividade.

Com isso, buscamos pesquisar o que outras casas da moeda e bancos centrais do mundo faziam com seus resíduos, e observamos que na maioria das vezes, o tratamento dado era a disposição em aterros ou incineração, apesar de muitos demonstrarem interesse por novas soluções.



Neste contexto nasceu o Tran\$forma, uma iniciativa da CMB em parceria com a empresa EQUIPA, especializada no desenvolvimento de soluções personalizadas para pontos de venda. Essa solução apresenta um reaproveitamento para os resíduos gerados durante o processo de produção de cédulas. O projeto, pioneiro no mundo, transforma esses resíduos, que seriam descartados como algo sem utilidade em insumo para a produção de móveis, óculos e outros utensílios.

Estes novos materiais, acabam trazendo ao papel um valor maior do que o resíduos

original já que mantem as características de cores das cédulas fazendo com que os consumidores reconheçam que os mobiliários foram feitos de dinheiro o que acaba por despertar a curiosidade do consumidor e possui uma componente de educação ambiental, ao demonstrar como funciona a economia circular e as inúmeras possibilidades de soluções que podem surgir através do trabalho conjunto de diferentes setores da economia.

Em dois anos de operação do Tran\$forma a CMB já enviou 210 toneladas de resíduos para este tipo de transformação. Além da vantagem sob o aspecto ambiental, a destinação gerou um retorno de R\$ 116 mil para a CMB, fruto tanto da venda dos resíduos, quanto da economia do que antes era gasto para que o material fosse encaminhado para coprocessamento em fornos de cimento.

Além disso, a solução tem grande potencial de ser replicada em outras instituições ao redor do mundo que lidam o mesmo tipo de resíduo e atualmente não possuem solução para o mesmo, fazendo do Brasil uma referência em inovação e economia circular de produtos de segurança.



Coordenadora da iniciativa: Nathália Salles Ruivo de Barros

Contato: nathalia.barros@casdamoeda.gov.br

Telefone: (21) 2184-2942

2º LUGAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE CALDAS NOVAS - GO

Projeto: SEMMARH RECICLA

Diante do volume de resíduos gerados no município de Caldas Novas - GO, teve a inserção de um gerenciamento adequado, contemplando desde a conscientização da população até ações funcionais, então foi implantado o programa SEMMARH RECICLA que surgiu mediante a necessidade gerenciar os resíduos que são descartados diariamente. O programa conta com 01 ecoponto municipal, 340 unidades de lixeiras

dispostas em pontos estratégicos, 12 kits de coletores de resíduo seco, óleo de cozinha sujo, pilhas e baterias, 07 casinhas para resíduos recicláveis eletrônicos, 15 pontos para descarte de recicláveis em escolas públicas e particulares, 18 pontos de caçamba em zonas urbanas e rurais para descarte de resíduos, todos instalados locais estratégicos e de fácil acesso tanto para a população realizar o descarte dos materiais recicláveis, quanto para a coleta dos mesmo que é realizada por cooperativas de catadores, Ações essas que suportam a reutilização de materiais recicláveis

que são necessários para redução dos impactos ambientais oriundos da extração de matéria prima, bem como os impactos causados na área do aterro.

Ao decorrer dos anos são realizados diversos ações e eventos para os munícipes, sempre em datas comemorativas ao meio ambiente, o que é mais uma oportunidade de valorização da preservação e conscientização, uma das datas sempre escolhidas é o Dia Mundial da Reciclagem, onde realizamos desde 2021 a Gincana de Coleta de Lixo Eletrônico, qual é realizada em parceria com a Ong Programando o Futuro, que além de trazer uma forma de descarte adequado dos resíduos eletrônico realiza um disputa saudável entre as escolas públicas municipais, onde as três escolas que conseguirem arrecadar e descartar a maior quantidade destes resíduos e contemplada com computadores para montar um laboratório de informática, nestes dois anos de gincana foram arrecadados 43 toneladas de resíduos eletrônicos.



O programa também oferece aos munícipes a troca de óleo sustentável, que veio para atender uma demanda social, onde a população pode realizar a troca de três litros de óleo de cozinha sujo por uma garrafa pet de óleo de cozinha novo, sem qualquer oneração e ocorre diariamente na sede da Secretaria, através do programa SEMMARH RECICLA.

Pensando nos resíduos perfuro cortantes gerado nesses estabelecimentos o programa SEMMARH RECICLA realizou a aquisição de diversos exemplares de caixinhas de papelão reforçada, para o acondicionamento dos mesmos, as caixinhas são distribuídas em centros estéticos, salões de beleza e barbearias e no momento da entrega é realizado um diálogo do servidor da SEMMARH com o responsável pelo recebimento, sobre os perigos do descarte incorreto de resíduos perfurantes, também é passado as instruções para o encaminhamento das caixinhas após estarem cheias, as mesmas são entregues na sede da SEMMARH onde são acondicionados corretamente até serem coletados para tratamento e destinação final por uma empresa especializada e o proprietário do estabelecimento já pega uma nova caixa. e posteriormente encaminhados até a SEMMARH.

O processo de segregação dos resíduos bem como se desdobramento mostra a importância do bom gerenciamento, pois cada tipo de material tem sua relevância, vida útil, tempo de decomposição e potencial poluidor na natureza. A nova realidade proposta a Caldas Novas tem proporciona menor volume de resíduos no aterro controlado e, portanto, maior vida útil das valas e menor probabilidade de poluição, acabando com os pontos de lixo depositados em locais inadequados, proporcionando uma nova experiência doméstica às famílias, que além de contribuir com a ação efetiva, entenderá o valor desta prática.



Coordenador da iniciativa: Mateus Martins Soares Souza

Contato: projetos.semmarh@gmail.com

Telefone: (64) 3454-3543

3º LUGAR – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS - MG

Projeto: Campanha Eleições Sustentáveis

A Campanha Eleições Sustentáveis, realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais desde 2018, tem por objetivo sensibilizar candidatos e partidos políticos a darem destinação ambientalmente correta às sobras de propaganda eleitoral, encaminhando os materiais para associações ou cooperativas de reciclagem do estado durante o período eleitoral ou logo após a eleição.

A iniciativa visa também auxiliar na redução da poluição gerada pela campanha eleitoral, além de propiciar a valorização do trabalho das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a melhoria da renda de várias famílias.

Na fase inicial da campanha, o TRE-MG entra em contato com associações e cooperativas de Minas Gerais, por e-mail, WhatsApp ou telefone, e solicita informações sobre o interesse em receber o material, além do endereço e contato atualizado.

Em seguida, convida, por meio de Ofício-Circular da Presidência do Tribunal, os partidos políticos e candidatos a encaminharem as sobras de propaganda eleitoral do primeiro turno e do segundo turno, tais como papel, plástico, lona, para as associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis mais próximas, bem como disponibiliza no convite o link do site eletrônico do TRE-MG para consulta das informações do projeto.

Os 304 cartórios eleitorais de Minas também são orientados a encaminhar para as associações e cooperativas o material de propaganda eleitoral irregular apreendido e não reavido pelos interessados no prazo determinado.

Na página da Campanha Eleições Sustentáveis, é publicada a lista das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, além de orientações



para os candidatos e partidos políticos. A divulgação e acompanhamento de resultados da Campanha são realizados na página do Tribunal, pelas mídias sociais da instituição (facebook, instagram e twitter), além da publicação de notícias pelos órgãos de imprensa.

Ao final da campanha, as associações e cooperativas de reciclagem encaminham fotos e informações sobre o peso das sobras de material de propaganda eleitoral recebidos, para a divulgação dos resultados da iniciativa.

Na primeira edição da Campanha Eleições Sustentáveis, em 2018, foram entregues mais de 11 toneladas de material de propaganda (santinhos, adesivos, papelão, banner e panfleto) às associações e cooperativas de reciclagem de dez municípios mineiros. Em 2020, foram recolhidas mais de 28 toneladas de material em 21 municípios.

Em 2022, foi atingido o recorde de associações e cooperativas que participaram da iniciativa: 191, com cerca de 17 toneladas de material entregue (balanço parcial em 14/10).

A iniciativa é originada da campanha “Sujeira Não é Legal”, realizada pela Justiça Eleitoral Mineira entre 2010 e 2016, que tinha como objetivo valorizar atitudes positivas para o processo eleitoral, promovendo a civilidade entre candidatos, partidos políticos e eleitores, bem como a segurança, a tranquilidade, a transparência e a sustentabilidade nas eleições.



Coordenadora da iniciativa: Karina Bedran

Contato: karina.bedran@tre-mg.jus.br

Telefone: (31) 3307-1183

1º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAREMA - SP

Programa municipal de uso racional da água de Ibirarema (SP).

A Prefeitura de Ibirarema implantou o programa municipal de uso racional da água de Ibirarema (SP) visando induzir à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para a captação de água e seu reuso nas edificações públicas e privadas, como sistema hidráulico eficiente, coleta e reuso da água da chuva, além do uso obrigatório de hidrômetros.

A implementação do programa municipal ocorreu por meio da Lei Complementar Municipal nº 98/2021, que instituiu o Código Municipal de Desenvolvimento Sustentável e toda política pública ambiental do município de Ibirarema (SP).

Houve a elaboração do Plano diretor de controle de perdas de água no sistema de abastecimento público de Ibirarema (SP), visando a regularização de suas fontes de captação e lançamento por meio das outorgas necessárias, micro e macromedição de todo o sistema de distribuição, voltadas à redução contínua e permanente das perdas no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibirarema (SAAEI).

Houve, ainda, campanhas de divulgação nas redes sociais da Municipalidade visando atingir a população ibiraremense quanto da importância do programa municipal.

Para implementação do programa municipal, a Municipalidade utilizou de recursos humanos e financeiros próprios para elaboração da política pública municipal e divulgação junto à população local.

A iniciativa da Prefeitura de Ibirarema deve ser considerada como ação de excelência, visto que, o Município deu início permanente à política de redução de consumo de recursos naturais na construção civil e diminuição de impactos ambientais com o fomento de medidas sustentáveis.

O acompanhamento é realizado pela equipe da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (A2030), além do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), por meio dos seus integrantes.

Os principais resultados alcançados foram:

Liberação de 88 (oitenta e oito) Alvarás de Construção Civil e 61 (sessenta e uma) Cartas Habite-se, desde 2021, somente para construções que adotem critérios de



sustentabilidades como coleta e reuso da água da chuva e reuso da água, sistemas alternativos de energia e ventilação, calçada ecológica e demais normas de habitação sustentável;

Obrigatoriedade do uso de hidrômetros em todas as ligações ativas de água.

O programa municipal de uso racional de água de Ibirarema (SP) está alcançando os resultados previstos devido ao engajamento da equipe técnica municipal, além do apoio intrínseco do Chefe do Poder Executivo Municipal que está engajado no cumprimento da meta de beneficiar 100% (cem por cento) dos imóveis urbanos.



Coordenador da iniciativa: Allan Oliveira Tácito

Contato: prefeito@ibirarema.sp.gov.br

Telefone: (18) 99744.1452

2º LUGAR – ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - DF

Projeto: Instalação de Sistema Energético Sustentável, através de captação de energia solar, células fotovoltaicas, vinculadas à eficiência energética, do Edifício Sede II da Advocacia - Geral da União, em Brasília

Em meados do ano de 2018, a Advocacia-Geral da União ciente dos desafios oriundos das mudanças provocadas pelos avanços em ações sociais e sustentáveis em todo país, identificou chamada pública da então CEB Distribuidora S.A. com fins de selecionar projetos voltados a conservação de energia e do uso racional da energia elétrica para integrar seu Programa de Eficiência Energética.

O interesse da Advocacia-Geral da União em continuar desenvolvendo projetos sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais e ambientais se mantém aquecido e enxergou com a edição da Chamada Pública de Projetos, que integra o Programa de Eficiência Energética da CEB, uma grandiosa oportunidade de angariar recursos com vistas a estimular o uso eficiente de energia elétrica em suas instalações, em edifício

próprio da União, no Edifício-Sede II, localizado em Brasília- DF, prédio com características adequadas para comportar um sistema de produção de eletricidade por meio de usina fotovoltaica.

Após firmar convênio de Cooperação Técnica com a CEB Distribuidora S.A., que previu a implantação do Projeto de Eficiência Energética nos termos e para os fins que tratou a Lei Federal Nº9.991, de 24/07/2000, em 2018 foi realizada a contratação de empresa de consultoria para elaborar o pré-diagnóstico que proporcionou acurácia na determinação do quantitativo de placas, posicionamento delas, áreas de sombras e quantidade de inversores.

Nesse mesmo ano, foi licitada a instalação da usina fotovoltaica com fornecimento dos materiais. Em janeiro de 2019 ficou pronta a instalação com início da implantação a partir de fevereiro do mesmo ano.

A Usina, que produz energia elétrica a partir da absorção de luz solar, possui 840 placas solares e tem capacidade de geração de 281,40 KWp (quilowatts pico).

A destinação da energia gerada pela Usina é para alimentar



todo o prédio, inclusive o CPD, e a quantidade gerada, excedente, é injetada na rede da concessionária.

A Usina solar fotovoltaica obedeceu integralmente ao disposto no Módulo 6 - Projetos com Fontes Incentivadas do PROPEE, atendimento à norma CEB NTD 6.09, aos requisitos das Portarias do INMETRO nº 357/2014 e 004/2011, observando a obrigatoriedade de uso de inversores certificados para sistemas fotovoltaicos. Somente foram aceitos inversores fabricados e importados em conformidade com os requisitos dos normativos citados e devidamente registrados no INMETRO.

As placas foram instaladas no telhado da edificação e os inversores foram instalados no vão de acesso do pavimento superior.

A usina está produzindo em média 31% de toda a energia consumida pelo Edifício-Sede II. Além da economia anual estimada em torno de R\$ 180 mil, o funcionamento da usina possibilita que haja uma redução estimada de 230 toneladas/ano na emissão de dióxido de carbono (CO₂), o equivalente ao plantio de 1.848 árvores.



Devido a iniciativa bem-sucedida na unidade Sede da AGU em Brasília/DF, está sendo referência para que outras Unidades também estudem a possibilidade de replicar a mesma instalação em suas edificações.

A AGU entende que investir em ações voltadas ao uso eficiente e à conservação de energia elétrica é um importante passo no fortalecimento de seu compromisso com a sociedade, o planeta e o meio ambiente, pois visam a redução do consumo e da demanda além de atingir economia para os cofres da Administração Pública.

Coordenador da iniciativa: Jorg Pfeilsticker

Contatos: sga.clogsustentab@agu.gov.br

Telefone: (61) 2026-7667

3º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB

Projeto: Rede Sustentável

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) sistematizou dados e informações indicando que as diferentes regiões do Brasil já vêm experimentando alterações em seus climas característicos.

Diante disto, o município de São Bento da Paraíba por estar inserido no polígono das secas, com escassez de chuvas e períodos prolongados de estiagem, onde prevalece clima semiárido, ou seja, quente e seco, com apenas duas estações climáticas, a estação verão chuvosa que ocorre nos meses de janeiro a maio e a estação seca que ocorre durante todo o resto do ano.

Dentro dessa perspectiva, com uma ideia totalmente inovadora e promissora, utilizando os recursos naturais de modo sustentável, a Prefeitura Municipal de São Bento/PB desenvolveu o projeto “Rede Sustentável”. Tendo em vista um dos grandes desafios da sociedade moderna que é o uso racional dos recursos naturais, através da adoção de tecnologias que produzam energia limpa e que economize um recurso finito que é a água, o município viu uma oportunidade de atuar nesses dois pontos com a implementação de um sistema de geração de energia solar, um sistema de captação de água pluviais e dos aparelhos de ar-condicionado, para suprir a demanda da rede municipal de ensino, servindo como projeto piloto para toda a região, sendo o primeiro município paraibano a implantar um sistema de energia solar em todas as escolas municipais.



Para a ocasião, foi instalado um sistema de energia solar do tipo microgeradores e minigeradores fotovoltaicos em toda rede municipal de educação. Foi implantado em 07 (sete) edificações próprias da Educação Pública Municipal de São Bento, sendo elas: A escola Dr. Jarques Lúcio da Silva, Escola Afonso Manoel da Silva, Escola Antônio Cândido dos Santos, Escola André Pedro da Silva, Escola Ramiro Artur, Escola Maria Dulce dos Santos e Creche Ambrozina Paulina dos Santos.

Também foi instalado um sistema de reuso das águas pluviais e águas dos aparelhos

de ar-condicionado. As águas são captadas através de calhas de PVC e armazenadas em uma cisterna, sendo posteriormente utilizada na limpeza da área da Escola. Esse sistema foi instalado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Dulce dos Santos e Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jarques Lúcio da Silva.



O sistema de energia solar tem o objetivo de gerar, em média, 51.960kWh de energia elétrica por mês, para diminuir a conta de energia de 32 unidades consumidoras. A captação das águas é utilizada tanto na limpeza da escola, jardinagem, quanto para implementar projetos de educação ambiental com os alunos. Essa captação de água proporciona uma economia nas despesas de conta de água das duas escolas.

Coordenadora da iniciativa: Arajane Alexandre da Silva

Contato: arajane.silva@yahoo.com.br

Telefone: (83) 9 9804 0651

1º LUGAR - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE DE PORTO ALEGRE - RS

Projeto: Terrários Urbanos

Os Terrários Urbanos são áreas de convivência — verdadeiros respiros em meio à malha urbana edificada — implementadas através de práticas sustentáveis e que podem contribuir na mitigação do impacto negativo das mudanças climáticas. Dotados de vegetação nativa, mobiliário produzido com materiais ecológicos, serviços e atividades que convergem com as demandas das comunidades locais, estes recintos urbanos atuam como palco para o encontro entre as pessoas. A tipologia estabelece um novo modelo de espaço ao ar livre: uma área de convívio local, compacta e com solo predominantemente permeável, implantada em lotes urbanos de propriedade municipal, em geral subutilizados, baldios ou mesmo sobras de terrenos sem uso pré-estabelecido. Os terrários urbanos devem acolher necessariamente atividades ativas, ou seja, que estimulem a permanência de pessoas nos espaços públicos, e portanto, contribuem com a vitalidade e a segurança urbana.

O projeto identifica áreas residuais de propriedade municipal subutilizadas e define diretrizes de sustentabilidade para que sejam implementadas áreas de convivência pública nestes espaços. A implementação pode ser realizada pela iniciativa privada ou entidades sem fins lucrativos, através de duas modalidades. A primeira, através de licitação, que prevê a possibilidade de exploração comercial ou de serviços de atividades ativas como contrapartida para a implementação (através de Termo de Permissão de Uso Oneroso). A segunda, através de chamamento público, que estabelece que o projeto — ou seja, o uso dado ou a atividade implementada — deve ser de interesse público, de caráter social, ambiental ou cultural (neste caso através de Termo de Permissão de Uso Não-Oneroso).



Em geral as áreas situadas em região formal consolidada, mais equipadas e de maior valor imobiliário, são licitadas na primeira modalidade, e o valor de outorga é direcionado para a implementação de terrários urbanos nas áreas periféricas e de alto índice de vulnerabilidade social. Nesta primeira modalidade, uma licitação

já ocorreu, e teve como vencedor empresa que comercializa açaí ao consumidor final buscando incorporar a sustentabilidade em todos seus processos produtivos.

O projeto piloto da área periférica está em construção, através de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e o Departamento Municipal de Habitação. Prevê que as demandas da comunidade local, recentemente reassentada nesta nova área, sejam acolhidas. Além do viés ambiental e urbanístico, o caráter social será amplamente explorado. Parcerias com OSC, ONG e Instituto sem fins lucrativos preveem a utilização do espaço para treinamento de jovens carentes com fins de inserção no mercado de trabalho, entre outras atividades comunitárias. Além disso, o processo de implementação será colaborativo, utilizando-se de metodologias de placemaking, cocriação e gestão compartilhada dos espaços.



Os Terrários Urbanos cumprem premissas estabelecidas pela ONU no que diz respeito à promoção de políticas, planos e projetos locais para espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis que fomentem cidades e bairros mais integrados, bem conectados, socialmente inclusivos e resilientes. O projeto tem o potencial de impactar positivamente não só a população do entorno, mas o sistema urbano como um todo, estimulando atividades animadas e proporcionando acessibilidade a idosos e pessoas com deficiência, contribuindo para a resiliência climática.

Coordenador da iniciativa: Germano Bremm

Contato: germano.bremm@portoalegre.rs.gov.br

Telefone: (51) 3289-7506

2º LUGAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MS

Projeto: Desafio UFMS Sustentável

O Programa UFMS Júnior, criado em 2017, trata-se de uma iniciativa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para fomentar, apoiar e acompanhar as empresas juniores dos seus cursos de graduação de forma contínua, propiciando a vivência empresarial e a aplicação dos conhecimentos acadêmicos, e formando profissionais empreendedores e inovadores. O programa estimula a criação de empresas juniores nas diversas áreas do conhecimento e apoia sua atuação no mercado, especialmente nas ações sustentáveis, que envolvem as esferas social, econômica e ambiental, dentro da UFMS e na sociedade.

Em 2018, com a organização da Agência de Internacionalização e Inovação (Aginova), foi idealizado um edital inovador e inédito de incentivo às empresas juniores,



o Desafio UFMS Sustentável, o qual tem como objetivo estimular o desenvolvimento de ideias inovadoras para a melhoria da gestão sustentável da instituição, por meio do fomento financeiro de projetos idealizados pelas empresas juniores reconhecidas pelo

Programa UFMS Júnior. Atualmente são 18 empresas juniores reconhecidas, presentes em 6 dos 10 câmpus da universidade: Cidade Universitária em Campo Grande, Câmpus de Paranaíba, Câmpus de Três Lagoas, Câmpus do Pantanal em Corumbá, Câmpus de Naviraí e Câmpus de Nova Andradina.

Todas as empresas juniores participantes podem criar e desenvolver seus projetos em parceria com outras empresas juniores (ou organizações equivalentes de universidades) do Brasil ou do exterior, proporcionando a troca de experiências, conhecimentos, além de levar a ideia dos projetos para outras instituições, ampliando a abrangência do Desafio não só para atendimento das demandas internas como também externas.



Desde 2021 o Desafio UFMS Sustentável conta com o apoio da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (Dides) e em 2022 houve inovações no edital:

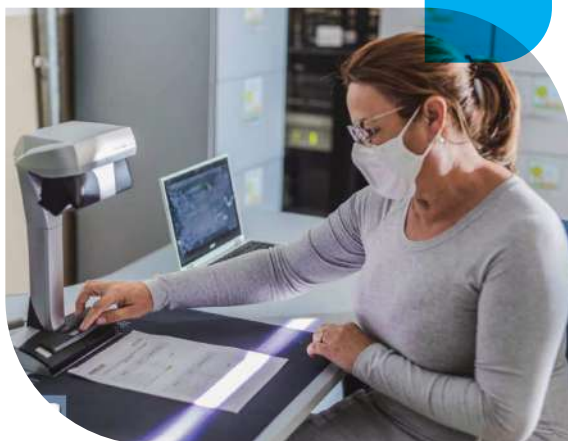
3º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SP

Projeto: Barueri sem papel

Toda repartição pública faz uso de grande quantidade de papel, tanto em seus trâmites internos quanto no relacionamento com a população. Com objetivo de reduzir ao máximo o consumo de papel em suas rotinas administrativas, a Prefeitura de Barueri desenvolveu e implantou um sistema de documentos e processos eletrônicos, o Barueri Sem Papel.

Trata-se de iniciativa alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial ao:

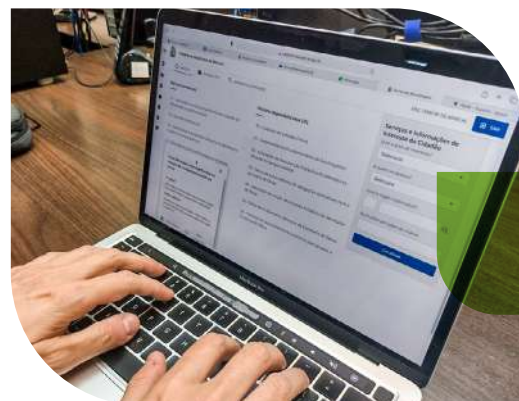
- ODS 11, meta 11.6: Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, no que se refere à geração de resíduos.
- ODS 12, meta 12.2: Promover o uso eficiente dos recursos naturais.
- ODS 12, meta 12.5: Reduzir a geração de resíduos de papel.
- ODS 16, meta 16.6: Tornar a Prefeitura de Barueri uma instituição eficaz, responsável e transparente no que se refere à gestão documental e geração de resíduos.



A iniciativa abrange todo o território municipal e beneficia diretamente os mais de 13.000 servidores públicos, uma vez que mesmo aqueles servidores que não atuam com processos administrativos utilizam o sistema para suas demandas funcionais, como atestados médicos. Indiretamente, toda população é beneficiada com a maior agilidade, transparência e economicidade dos serviços públicos municipais.

O sistema como um todo possui três frentes distintas: i) uma interface interna à Prefeitura, para acesso exclusivo dos funcionários; ii) uma interface com a população, para solicitação de serviços e abertura de processos (Portal do Atendimento) (Imagem 01); iii) a digitalização dos documentos e processos físicos, para incorporação ao sistema (Imagem 02).

No processo de implantação do sistema, alguns



obstáculos se apresentaram, entre os quais a resistência inicial dos servidores às mudanças e as dificuldades iniciais de uso da nova plataforma (tanto pelos funcionários quanto pela população). Com o passar do tempo e as capacitações ofertadas, estes obstáculos foram sendo superados.

Atualmente, mais de 130 serviços estão disponíveis no Portal de Atendimento, que é a porta de entrada do cidadão ao sistema digital de gestão de processos. O sistema permite ao cidadão acompanhar passo-a-passo a tramitação de seu pedido, por meio de um painel informativo interno ao cadastro individual.

Os resultados quantitativos podem ser observados na imagem ao lado. Estas informações são disponibilizadas no Portal da Prefeitura e atualizadas mensalmente. Em termos econômicos, importante ressaltar que os resultados vão além da economia na compra de papel: em médio e longo prazo, haverá redução nos custos relativos ao consumo de combustível usado para transporte de processos e documentos físicos e nos custos que envolvem materiais de escritório diversos (desde impressoras e toners até grampeadores, cliques, canetas, carimbos, pastas, caixas de arquivo-morto, etc.). Há previsão de redução no espaço ocupado para arquivos físicos, podendo haver suspensão de eventuais locações de salas destinadas a arquivo.

Por fim, importante mencionar que a permanência desta iniciativa foi garantida meio da promulgação da Lei Complementar nº. 497/2021, que dispõe sobre a criação do sistema de documentos e processos eletrônicos no âmbito da administração pública municipal.

Coordenadores da iniciativa: Geovane Bassan Pereira de Oliveira

Cleber Braga de Sousa

Yara Maria Garbelotto

Contato: sema.yara@barueri.sp.gov.br

Telefone: (11) 4199.1500



1º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - CE

Projeto: Jardins filtrantes do riacho Pajeú

Contexto geral

O município de Sobral está localizado na região Norte do Ceará, a 232 km da capital do estado, Fortaleza. A sede urbana originou-se de uma vila construída às margens do rio Acaraú, principal corpo hídrico da cidade e importante elemento paisagístico, cultural e econômico.

Nos últimos 20 anos, no entanto, o processo de urbanização acelerado e a inadequação e ampliação das infraestruturas urbanas resultou na degradação desse rio.

O riacho Pajeú e a poluição do rio Acaraú

O riacho Pajeú, em sua origem, era um córrego de fluxo intermitente. Tornou-se perene com o tempo, por causa do desaguamento indevido de efluentes e águas servidas em seu curso. Ele atravessa quatro bairros populosos de Sobral, alcançando mais de 50 mil pessoas, e dois parques urbanos — o Parque Pajeú e o Parque da Cidade.

Hoje, o Pajeú deságua no rio Acaraú uma alta concentração de matéria orgânica, o que, através de processos bioquímicos, reduz o oxigênio da água e afeta a fauna e a flora. Além disso, esses processos produzem gases do efeito estufa e odores desagradáveis. Transformou-se, portanto, em potencial poluente do Acaraú.

Projeto Jardins Filtrantes do riacho Pajeú

Em 2018, a Prefeitura Municipal de Sobral iniciou o planejamento e a elaboração de projetos para mitigar os efeitos do crescimento desordenado da cidade. Alguns desses projetos foram desenvolvidos para amenizar ou estancar a poluição dos afluentes do rio Acaraú, entre eles o riacho Pajeú.



Visando a melhoria ambiental, a Prefeitura Municipal de Sobral desenhou o projeto “Jardim Filtrante do Riacho Pajeú”, uma Solução baseada na Natureza (SbN) para recuperar ambientalmente esse importante recurso hídrico da cidade.

Sobre o projeto

O objetivo do projeto é tratar as águas do riacho Pajeú por meio de Sistemas de Alagados Construídos (SACs) e de Sistemas de Alagados Naturais (SANs).

Plantas nativas com funções filtrantes, pedras e britas são os principais elementos para melhorar os indicadores da água. A biofitorremediação é o processo usado para despoluir o riacho.

O jardim filtrante não requer bombeamento. A água percorre o sistema por meio da gravidade, o que torna o processo mais barato e de fácil manutenção.

Com as obras finalizadas em 2020, foram implementados 1,19 km lineares de jardins filtrantes, totalizando 12.000 m² de área de jardins. É o maior jardim filtrante em área pública da América Latina.

Inicialmente, foram investidos R\$ 2.379.408,96, com vegetação, escavação, impermeabilização e assentamento. O projeto foi viabilizado por meio do Contrato de Empréstimo (CFA n. 10569), firmado entre a Prefeitura Municipal de Sobral e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), por meio do Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral (Prodesol).



Melhorias

Ao final do sistema, a água do riacho tem apresentado melhoria em todos os indicadores de monitoramento avaliados mensalmente.

Além da melhoria observada na qualidade da água, a solução também beneficiou a recuperação da fauna local, transformando o leito do riacho e as áreas dos parques em abrigo da vida animal.

Os jardins filtrantes e o sistema de tratamento tradicional, portanto, somam esforços para garantir a recuperação do rio Acaraú e fortalecer a importância do corpo hídrico para a cultura, a economia, a história e a relação das pessoas com a natureza.

Coordenadora da iniciativa: Marília Gouveia Ferreira Lima

Contato: mariliaflima@sobral.ce.gov.br

Telefone: (88) 3677-1167

2º LUGAR – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE UBERLÂNDIA (DMAE) - MG

Projeto: Programa Buriti

O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE), criado em 1967, é uma autarquia da Prefeitura Municipal de Uberlândia responsável pelo saneamento básico da cidade.

Almejando garantir água suficiente e de qualidade para o abastecimento público de Uberlândia e de suas atividades rurais, o DMAE, em cumprimento da legislação vigente, criou o Programa Buriti a fim de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APP's) localizadas nas bacias dos Rios Araguari e Uberabinha e do Ribeirão Bom Jardim à montante dos sistemas de captação de abastecimento público, os quais são responsáveis pelo abastecimento da cidade. O programa foi regulamentado pela Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014 e nº 12.736/2017 e possui área de atuação de 1280 km².

Desde sua criação, em 2008, o Programa Buriti tem obtido a adesão voluntária dos produtores rurais a montante das áreas de captação por meio do pagamento indireto pelos serviços ambientais. Esse pagamento é realizado via fornecimento de insumos e serviços - projeto técnico de revegetação, madeira tratada, mão de obra especializada, plantio de mudas nativas com adubação, conservação de solo (terraceamento) e de estradas vicinais (barraginhas) –, sendo considerado uma maneira eficiente de propiciar a proteção e recuperação das APP's. Ademais, o Programa Buriti apoia o produtor na tarefa de cuidar da água ao investir na correção das áreas degradadas de pastagens; na construção de obras de drenagem nas estradas vicinais; na constituição de um plano municipal que oriente o produtor



quanto ao uso de agroquímicos; na implementação de medidas que visem à destinação correta de resíduos, ao controle de queimadas, à segurança patrimonial e à capacitação de produtores rurais e servidores públicos sobre as melhores técnicas de conservação e produção.

O Programa Buriti já executou o plantio de 499 mil mudas nativas, o cercamento de aproximadamente 627 mil metros lineares e a execução de 14,5 mil horas-máquina de trabalho com a construção de barraginhas, de terraceamentos, de curvas de nível e com areadequação de estradas vicinais, em aproximadamente 283 propriedades rurais. Com essas ações, aproximadamente 6.9 mil hectares de Área de Preservação Permanente – APP – foram preservados. Cabe-se enfatizar que desde 2019 o Programa iniciou a produção de mudas a partir do banco de sementes formado nas APP's protegidas e recuperadas.

Mais do que garantir características qualitativas e quantitativas desejáveis ao fornecimento de água para a cidade de Uberlândia, o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, por meio do Programa Buriti, influencia positivamente no fluxo gênico da fauna e da flora em razão da formação de corredores ecológicos nas bacias dos corpos hídricos em que o Programa atua. Portanto, além da segurança hídrica proporcionada à população uberlandense, há o aumento da biodiversidade regional e da proteção às espécies ameaçadas de extinção.

Coordenador da iniciativa: Celismar da Costa Melo

Contato: programaburitidmae@gmail.com

Telefone: (34) 3233 - 2564



3º LUGAR – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CLARA DO SUL - RS

Projeto: Parque Linear de Santa Clara do Sul

O Parque Linear localizado às margens do Arroio Saraquá, na zona urbana de Santa Clara do Sul, área central do Rio Grande do Sul, é iniciativa inovadora que tem como intuito principal ser uma alternativa sustentável para compatibilizar a ocupação urbana e auxiliar na recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's), além de promover o cuidado das águas e o bom convívio humano através de espaços de lazer e atividades físicas.



Inaugurado em abril de 2022, o Parque Linear tem aproximadamente 1 quilômetro de extensão e 5.648 metros quadrados de área. Faz parte de um Projeto Técnico Ambiental de Medidas de Recuperação e Minimização de Impactos em APP's do Arroio Saraquá. O projeto é desenvolvido em parceria com a Promotoria de Justiça de Lajeado, município vizinho, sendo subdividido nos eixos de medidas de recuperação das APPs nas propriedades, monitoramento da qualidade da água do arroio e plano de ações de educação ambiental.

Por iniciativa da gestão municipal, que tem como um dos enfoques principais a implementação de ações voltadas à sustentabilidade, foi selecionado um trecho da APP do Arroio Saraquá, na zona central do município, para a implantação do parque. Com o conceito de comprimento maior que a largura, o Parque Linear de Santa Clara foi construído paralelamente ao arroio.



Antes ocupado de forma irregular em alguns pontos, o local hoje possui três filtros anaeróbios, pistas de caminhada e ciclismo, espaços de convivência, floreiras, lixeiras, placas de conscientização ambiental e banheiros. Trata-se de um espaço que aproxima a comunidade da natureza e incentiva o

cuidado ambiental, a prática de esportes e a convivência saudável entre familiares e amigos, sendo mais uma forma de ampliar a qualidade de vida e bem-estar da população e dos visitantes. No local também são realizadas atividades de educação ambiental,

através do Departamento de Meio Ambiente.

Com a implementação do Parque Linear, a água passa a fazer parte, com protagonismo, da solução integrada dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais do município, além do incentivo à proteção desse espaço que antes era pouco conhecido pela população e que a partir dessa obra municipal, passou a ser definitivamente integrado à comunidade. O controle de qualidade da água é realizado duas vezes por ano, sendo notória a melhora nos índices de qualidade da água, principalmente de fósforo, desde a implementação do Parque Linear.

Também é importante destacar o plantio de 700 mudas de árvores nativas no local, sendo que a meta final é chegar a 2.000 unidades plantadas. Essa iniciativa, aliada à recuperação das águas e limpeza do local, possibilita o retorno da fauna ao espaço.

O município de Santa Clara do Sul acredita no planejamento urbano inter-relacionado com aspectos de áreas verdes, gerenciamento de resíduos e efluentes, drenagem, cidadania e educação. Pensando em lugares que preservem o meio ambiente e que proporcionem o encontro e a troca entre pessoas, o Parque tem atraído público de diversas idades, além de turistas do Vale do Taquari e de outras regiões do Estado e País.

Este é um exemplo claro da importância de inovar e modernizar a gestão pública para gerar resultados cada vez melhores à população e ao ambiente em que vivemos, sempre cuidando do ecossistema para garantir um futuro promissor às próximas gerações.

Coordenadora da iniciativa: Débora Maciel

Contato: gabinete@santaclaradosul.rs.gov.br

Telefone: : (51) 3782-2280



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL